

Julgamento sobre Recurso Administrativo

Recorrente: João Batista Marques

Auto de Infração nº 000207

Processo nº 10.334/2018

O Sr. João Batista Marques interpôs Recurso face ao auto de infração nº 000207, lavrado no dia 28 de março de 2018.

O Recurso foi tempestivo sendo, portanto, julgado na presente.

Trata-se de Auto de Infração que autuou Sr. João Batista Marques sobre queimada em lote realizada sem autorização do órgão ambiental no Setor 17, Quadra 37, Lote 27. O Recorrente alegou que no ilícito em questão caberia somente advertência e que não possui culpa e que não foi o responsável por ter promovido a queimada, sendo inclusive vítima de ato criminoso. Portanto, foi aplicada a sanção estabelecida pela Lei Municipal nº 4.905/17 no valor de R\$ 950,57 (novecentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos).

Autos remetidos à Procuradoria pela Secretaria, esta exarou Parecer Jurídico através do assessor jurídico Mateus Brandão de Queiroz, MASP 80748, OAB/MG 174.364, opinando pelo não provimento do recurso referente ao Auto de Infração nº 000207, pois não há que se falar em escusa da culpa, uma vez que a responsabilidade ambiental é objetiva e solidária, sendo dessa forma responsabilizado por qualquer infração ambiental. Salientou também que não cabe advertência no ilícito em questão e sim a aplicação direta da multa simples, uma vez que foi constatado dano ambiental em flagrante.

Diante todo o exposto, acato o parecer jurídico pelo **NÃO PROVIMENTO** do Recurso apresentado pelo Sr. João Batista Marques.

Patrocínio-MG, 13 de junho de 2018.



Caio Marcos Veloso
Secretário Municipal de Meio Ambiente